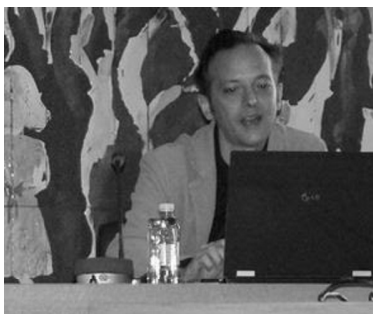


## Escrita em Português: a Questão Ortográfica



**Paulo Feytor Pinto** é doutorado em Estudos Portugueses, especialidade em Política de Língua pela Universidade Aberta em 2008. É professor adjunto convidado na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal.

A discussão em torno da ortografia da língua portuguesa tem sido, em Portugal, uma das questões linguísticas mais discutidas nas primeiras décadas do regime democrático. Na verdade, trata-se de uma discussão muito antiga e que nunca terá uma solução definitiva – assim como a estrutura e as regras de funcionamento da língua mudam inevitavelmente ao longo do tempo, também as regras da sua representação gráfica mudam. Por isso, para melhor compreender o contexto em que emergiu a recente discussão do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AOLP), de 1990, importa conhecer as características do sistema de escrita adotado pela língua portuguesa e as configurações ortográficas da língua durante os muitos séculos da sua história.

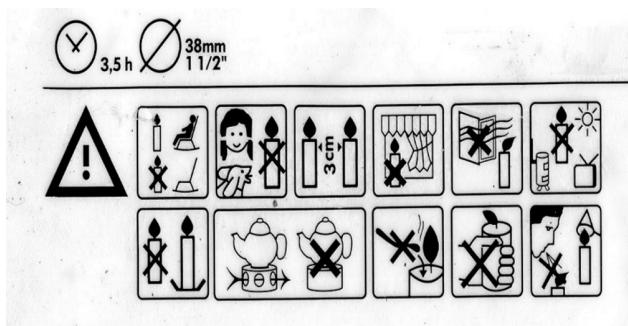
Das cerca de 6.000 línguas orais naturais faladas no mundo, apenas poucas centenas têm uma tradição escrita consolidada, ou seja, apenas os falantes de algumas línguas adotaram um sistema de registo gráfico que procura visualizar a sua língua. Esta invenção tardia do ser humano é, portanto, um elemento exterior à língua, de cuja existência a língua não depende, apesar de a escrita ser a única forma de vermos uma língua oral, como o português. No sentido lato, poder-se-á considerar que a escrita começa a desenvolver-se com as pinturas rupestres com que os nossos antepassados remotos registaram graficamente, pelo menos na pedra, significados que queriam fazer perdurar. No entanto, a invenção de um sistema organizado de registo de uma língua oral dá-se “apenas” no terceiro milénio antes de Cristo, no atual Iraque, com a escrita cuneiforme suméria. Cerca de trezentos anos depois, no atual Líbano, os fenícios desenvolvem o primeiro alfabeto, que está na origem de todos os alfabetos da atualidade. Embora a escrita alfabética seja a forma de escrita mais recente na história da Humanidade, ela coexiste, nas sociedades contemporâneas, com os outros dois tipos de escrita inventados anteriormente: a pictográfica e a logográfica.

Os sistemas de escrita podem dividir-se em duas categorias fundamentais. A escrita ideográfica, em que cada símbolo gráfico ou grafema corresponde a um conceito ou palavra da língua representada, e a escrita fonográfica, em que a cada grafema ou letra corresponde ao som da língua representada. A primeira regista o significado da palavra sem o relacionar com a sua configuração sonora, a segunda regista o significado da palavra através da representação simbólica dos sons que a compõem. Cada uma destas duas categorias tem dois tipos distintos de operacionalização. Assim, a escrita pictográfica é um sistema ideográfico que representa o conceito através de um desenho figurativo cuja compreensão não exige uma aprendizagem explícita. Na figura 1, apresenta-se a etiqueta de uma embalagem de velas comercializada por uma empresa internacional cujo mercado são, pelo menos, todos os países desenvolvidos. Esta etiqueta pictográfica permite a sua compreensão por falantes da multiplicidade de línguas oficiais obrigatórias nestes países. Apesar do carácter figurativo dos símbolos, a sua compreensão depende da partilha de aspetos da cultura material – cadeira de baloiço, cortinado, salamandra, aquecedor de bule.

A escrita logográfica, de que é primeiro exemplo a escrita cuneiforme suméria, é o outro sistema ideográfico, em que o significado da palavra é representado através de um desenho estilizado ou abstrato cuja compreensão só é possível após um processo de aprendizagem. O exemplo mais reconhecido de escrita logográfica é o da escrita chinesa. Na figura 2, apresentam-se alguns exemplos de caracteres. Cada um deles tem um significado e nenhum dá informação acerca da sua forma oral o que permite a compreensão de um único texto chinês por falantes de todas as línguas chinesas.

Por isso, o telejornal emitido a partir de Pequim, em mandarim, é legendado, para poder ser compreendido em (quase) toda a China.

**Figura 1 – Escrita pictográfica (Ikea, 2013)**



**Figura 2 – Escrita logográfica chinesa**

山	montanha
中	meio, centro
一	um
二	dois
三	três
木	madeira
树	árvore
森林	floresta

No entanto, o exemplo mais conhecido e utilizado de escrita logográfica é a notação matemática, em especial a numeração indo-árabe. Por exemplo, o símbolo gráfico 8 representa um significado que corresponde a diferentes sons, nas diferentes línguas (oito, ocho, huit, eight, acht).

O carácter supra ou translinguístico limita-se às escritas ideográficas. Nas escritas que procuram registar o significado das palavras através da representação dos sons que as compõem, cada registo ou texto corresponde por convenção aos sons de uma língua. Os dois tipos de escrita fonográfica são a escrita silábica e a escrita alfabética. Na primeira, cada símbolo gráfico corresponde a uma sílaba e, na segunda, corresponde, grosso modo, a sons que compõem a sílaba. As diferentes palavras de um mesmo texto em japonês podem registar-se com caracteres chineses, com o silabário hiragana ou com o silabário katakana (figura 3), de acordo com o tipo de palavra. Evidentemente, estes textos poderão ainda conter pictogramas e algarismos.

**Figura 3 – Silabário katakana japonês**

ア a	イ i	ウ u	エ e	オ o
カ ka	キ ki	ク ku	ケ ke	コ ko
サ sa	シ shi	ス su	セ se	ソ so
タ ta	チ chi	ツ tsu	テ te	ト to
ナ na	ニ ni	ヌ nu	ネ ne	ノ no
ハ ha	ヒ hi	フ fu	ヘ he	ホ ho
マ ma	ミ mi	ム mu	メ me	モ mo
ヤ ya		ユ yu		ヨ yo
ラ ra	リ ri	ル ru	レ re	ロ ro
ワ wa				ヲ (w)o
ン n				

**Figura 4 – Alfabeto grego**

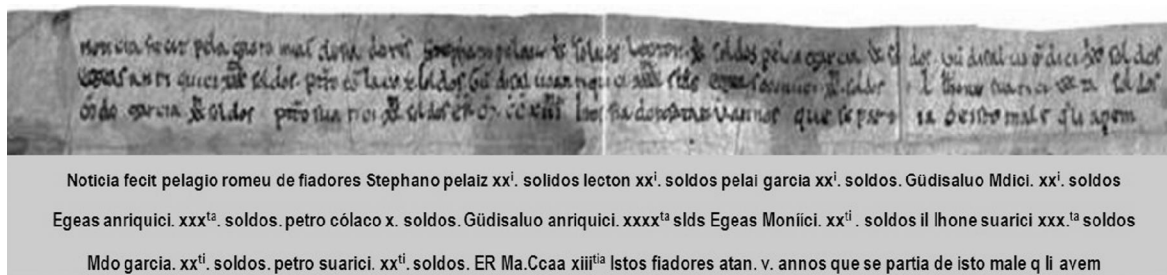
A α alpha	N ν nu
B β beta	Ξ ξ ksi
Γ γ gamma	Ο ο omicron
Δ δ delta	Π π pi
Ε ε epsilon	Ρ ρ rho
Ζ ζ zeta	Σ σς sigma
Η η eta	Τ τ tau
Θ θ theta	Υ υ upsilon
Ι ι iota	Φ φ phi
Κ κ kappa	Χ χ chi
Λ λ lambda	Ψ ψ psi
Μ μ mu	Ω ω omega

Por fim, a escrita alfabética é um sistema fonográfico de registo das línguas naturais em que, teoricamente, cada grafema ou letra corresponde a um fonema ou som da língua e vice-versa. A escrita alfabética apresenta muitas variantes como a direção da escrita, o registo opcional das vogais ou a existência de consoantes só para anteceder determinada vogal, mas só o alfabeto fonético internacional inclui símbolos para todos os sons da fala humana. Trata-se de uma ferramenta fundamental para a descrição de muitos aspetos das línguas que não é utilizada no registo generalizado de nenhuma. O alfabeto mais utilizado em todo o mundo é o alfabeto romano, também utilizado em português. A partir do alfabeto fenício desenvolveram-se, entre outros, o alfabeto grego antigo e, a partir deste, o alfabeto romano, o alfabeto cirílico e o alfabeto grego moderno (figura 4). Ao longo da sua história, várias línguas já mudaram de alfabeto.

A generalidade das línguas túrquicas, como o azeri ou o turquemenlo, faladas em antigas repúblicas soviéticas, em cerca de um século, foi escrita com o alfabeto árabe, depois o cirílico e, por fim, o romano. Importa ainda realçar que a adoção de um alfabeto não implica a adoção de regras iguais de utilização, isto é, de uma ortografia igual. Por isso, a letra J do atual alfabeto romano tem diferentes equivalentes sonoros em diferentes línguas que adotaram esse alfabeto (cf. João, Juan, John, Johannes).

A língua portuguesa utiliza, portanto, uma escrita que representa os sons das palavras com o alfabeto romano de acordo com as regras da ortografia portuguesa. Mas nem sempre a escrita da língua obedeceu a regras de correção de registo gráfico. Por isso, considera-se pré-ortográfico o período que vai até meados do século XVI e durante o qual a grafia das palavras variava de texto para texto quando não no interior de um mesmo texto. Disso é exemplo o mais antigo registo escrito em galego português encontrado no nosso país (figura 5). Além das inúmeras diferenças entre esta grafia e a ortografia contemporânea, por vezes difíceis de distinguir das diferenças entre os dois estádios da língua em si, repare-se nas três grafias da palavra mais repetida no manuscrito: solidos, soldos, slds. Esta última forma recorre a uma estratégia de abreviação tão frequente oito séculos depois como o registo da antepenúltima palavra do excerto: q.

**Figura 5 – Notícia de Fiadores (1175)**



Durante o período pré-ortográfico, as maiores oscilações ou discordâncias no registo da língua portuguesa prenderam-se com a duplicação ou não de consoantes, com o registo dos ditongos nasais inexistentes noutras línguas escritas com o alfabeto romano, com a utilização das letras H, J, K, S, V, X e Y, e com a utilização dos dígrafos CH, NH e LH. Nestes dois últimos casos, usava-se também, entre outras, a solução castelhana Ñ e LL. Como, porém, importava destacar a diferença entre o português e o castelhano, os nossos antepassados optaram pela solução provençal. Estas e outras diferenças encontram-se num dos mais populares textos em português antigo, conhecido da generalidade dos portugueses, o *Auto da Barca do Inferno*, de Gil Vicente (figura 6).

O contexto cultural do humanismo português, o contexto religioso da contrarreforma e o contexto político da anexação espanhola em que emergiu a primeira norma ortográfica da língua portuguesa deram-lhe uma configuração em que se procurou, por um lado, torná-la o menos parecida possível com a ortografia espanhola e, por outro, o mais parecida possível com o latim – garantia-se, assim, autonomia e prestígio. O período etimológico da história da ortografia portuguesa, cujo início corresponde ao do período clássico da história da língua portuguesa, estendeu-se até à I República. *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, simbolizam ambos os inícios (Figura 7). Mesmo assim, na ortografia original da epopeia, ainda se verificam mais continuidades que novidades ortográficas, incluindo a utilização de letras inexistentes na ortografia atual (i.e. ꝛ e Ꝟ) Em 1574, são publicadas as *Regras que ensinam a Orthografia*, de Magalhães de Gândavo, que viriam a ter mais duas edições até ao final do século. Trezentos anos depois, e entretanto com o empenho da Academia das Ciências de Lisboa, fundada em 1779, a ortografia etimológica estava aparentemente consolidada e tinha a configuração da grafia utilizada por Eça de Queiroz/Queirós e Fernando Pessoa (figura 8).

**Figura 6 – Parte superior da primeira página do *Auto da Barca do Inferno* (1517)**

**LIVRO PRIMEYRO.**  
§ Pallageyros.

§ Figalço, Honzeneyro, Ioane, çapateyro, Florença, alcouiteyra, Iudeu, Corregedor: Procurador, quatro caualeyros.

§ Esta prefiguração se escreue neste primeyro liuro, nas obras de deuação, porque a segunda & terçeyra parte forão representadas na capella, mas esta primeyra foy representada de camara, pera confolação da muyto catholica & sancta Raynha dona Maria, estando enferma do mal de faleceo, na era do Senhor de 1517.

Arraiz do inferno § Haa barca ha barca, oulaa que temos gentil maree ora venha a caro a ree feyto feyto bem estaa Vay alij muytieramaa & atefa aquelle palanco & despeja aquelle banco pera gente que viraa. § Haa barca, ha barca, huu alinha que se quer yr, oo que tempo de partir lououros a Berzabuu ora fus que fazes tu despeja todo esse leyto	Dia. Ho que carauela he esta põe bandeyras que he feita, verga alta, ancora a pique, hoo precioso dom Anrique cavindes vos, que coula he esta. Fidalgo. § Esta barca onde vay ora que alsi estaa percebida. Dia. Vay pera a ilha perdida & ha de partir logo effora Fidal. Pera la vay a fenhora. Dia. Senhor a voffo feruiço. Fidal. Pareceme illo cortiço. Dia. Porque a vedes de fora. Fidalgo.
--	--

**Figura 7 – Primeira estrofe d' *Os Lusíadas* (1572)****OS LVSIADAS**

DE LVIS DE

CAMÕES.

**Canto primeiro.**

**A** *S* armas, & os ba-  
rões aßinalados, —  
*Que da Occidental praya Lufi-*  
*tana,*  
*Por mares nunca de antes na-*  
*uegados,*  
*Paffaram, ainda alem da Taprobana,*  
*Em perigos, & guerras esforçados,*  
*Mais do que prometia a força humana.*  
*E entre gente remota edificarão*  
*Nouo Reino, que tanto sublimarão.*

**Figura 8 – Ortografia etimológica**

Affonso riu muito da phrase, e respondeu que aquellas razões eram excellentes — mas elle desejava habitar sob tectos tradicionalmente seus; se eram necessarias obras, que se fizessem e largamente; e emquanto a lendas e agoiros, bastaria abrir de par em par as janellas e deixar entrar o sol

Eça de Queiroz, in *Os Maias* (1888)

Sperae! Cahi no areal e na hora adversa  
Que Deus concede aos seus  
Para o intervallo em que esteja a alma immersa  
Em sonhos que são Deus

Dom Sebastião  
Fernando Pessoa, in *Mensagem* (1934)

O fim do período etimológico da ortografia portuguesa coincide com o fim do regime monárquico. Com efeito, apenas dois meses após a proclamação da república, o chefe do gabinete de revisão da Imprensa Nacional desencadeia a etapa final do processo de reforma ortográfica devido à variação na ortografia utilizada nos textos para publicação oficial. A primeira etapa deste longo processo de reforma concluído em 1911 teve início na primeira metade do século XVIII e o seu mais conhecido protagonista foi Luís António Verney. No seu *Verdadeiro Método de Estudar* (1746) advogou a alteração da ortografia tornando-a mais fonográfica ou mais próxima da oralidade e mais distante da tradição clássica. Em 1768, o Marquês de Pombal, sem sucesso, propôs essa alteração à Real Mesa Censória. Já no século XIX, Almeida Garrett também se mostrou favorável a uma reforma ortográfica que desse mais fielmente conta da língua nacional realmente falada pelo povo. Por fim, nas últimas décadas desse século, a primeira geração de filólogos portugueses realizou vários estudos sobre a reforma ortográfica, com destaque para Gonçalves Viana.

No entanto, a reforma ortográfica de 1911, que enceta o atual período de ortografia étimo-fonológica teve duas características extralinguísticas cujos efeitos se fazem sentir até hoje. Em primeiro lugar, tratou-se de uma reforma definida por lei tornando, assim, legalmente obrigatório escrever de acordo com a ortografia oficial. Por isso, apesar de os excertos acima apresentados (figuras 6, 7 e 8) serem conhecidos da maioria dos portugueses, pelo facto de serem leituras obrigatórias nos ensinos básico e secundário, poucos conhecerão as versões ortográficas originais. Aliás, no último caso, Fernando Pessoa declarou formalmente que não adotaria a ortografia republicana<sup>1</sup>, facto que os portugueses não respeitam.

Esta prática poderá dar a ilusão de que, pelo menos desde o século XVI, não há alterações na ortografiado português.

Em segundo lugar, a reforma foi concebida sem concertação ou mesmo consulta das autoridades brasileiras, quando o Brasil era o único outro país do mundo com o português como língua oficial<sup>2</sup>. Esta iniciativa unilateral deu origem a duas ortografias oficiais da língua portuguesa. Por isso, em matéria ortográfica, todo o século XX foi dominado por tentativas de reunificação ortográfica, sucessivos acordos frustrados que foram introduzindo pequenas alterações em ambas as grafias oficiais.

O AOLP é a sétima tentativa e a terceira a incluir outros novos países de língua oficial portuguesa. Trata-se de uma versão menos reunificadora da tentativa anterior, de 1986, que foi rejeitada pelos portugueses. Assim, a nova ortografia oficial atualmente em vigor em Portugal, portanto a norma utilizada no sistema educativo, apresenta cinco núcleos de alterações relativamente à ortografia anterior: minúsculas, consoantes não pronunciadas, acentos, hífenes e letras do alfabeto. Uma vez que a nova ortografia não constitui uma total reunificação ortográfica, ela prevê a possibilidade de mais que uma grafia para algumas palavras (i.e. cómodo / comodo), tal como já acontecia com a ortografia anterior (i.e. fêvera, fevra, febra), aqui apenas se apresentam as alterações na ortografia da norma-padrão do português europeu.

A utilização de letra minúscula no início de palavra passa a ser obrigatória, exceto no início de frase, nas designações das estações do ano (i.e. primavera), dos dias da semana (i.e. sábado), dos meses (i.e. janeiro), dos pontos cardeais (i.e. sul) e nas formas de tratamento ou cortesia (i.e. presidente). No caso dos pontos cardeais, a maiúscula mantém-se obrigatória quando a palavra é um topónimo (i.e. Coreia do Sul). Deste modo, a ortografia portuguesa aproxima-se das ortografias de outras línguas latinas como o espanhol, o francês e o italiano. Há quatro casos em que é aceite o uso de minúscula ou de maiúscula no início da palavra desde que não seja no início de frase. Pode-se, então, usar a minúscula nos títulos de obras, na segunda palavra e seguintes (i.e. *Os lusíadas*), nas designações de santos, mas não no seu nome próprio (i.e. santa Filomena), nos nomes de cursos ou disciplinas (i.e. história da arte) e nas designações de arruamentos e edifícios (i.e. avenida da Liberdade).

A eliminação de consoantes C e P que não são pronunciadas, por isso designadas consoantes mudas, integra-se num processo multissecular que se tem registado na ortografia portuguesa. Note-se, nos exemplos acima apresentados, *sancta*, em 1517 (figura 6), *occidental*, em 1572 (figura 7) e *tradicionalmente*, em 1888 (figura 8). É pois evidente que o C e o P são grafados sempre que são pronunciados. Assim, temos *ata*, *ativo*, *fator*, *reta*, *vetor*, *retrátil*, mas também *facto*, *compacto*, *fricção*, *secção*; ou *adoção*, *apocalítico*, *exceto*, *cético*, *ótimo*, mas também *adepto*, *núpcias*, *corrupção*.

Relativamente aos acentos gráficos, apenas dois são alvo de alterações de uso: o acento agudo e o acento circunflexo. O primeiro é eliminado de palavras acentuadas em OI, na penúltima sílaba, como *jiboia*, *heroico*, *alcaloide*, *joia*, *troica*. Deste modo, generaliza-se a regra já aplicada em *comboio* e *dezoito*. O acento agudo também é eliminado de duas formas do verbo *parar*, a terceira pessoa do singular do presente do indicativo (i.e. *ela para*) e o imperativo singular (i.e. *para onde estás!*). Harmoniza-se assim a grafia com a dos outros verbos do mesmo paradigma (i.e. *pagar*) criando-se, porém, uma forma homógrafa, mas não homófona, da preposição *para*. Tal como já se verificava, por exemplo, com os nomes *corte* (*golpe*) e *corte* (*comitiva*), será o contexto a dar a informação necessária para diferenciar o verbo *parar* da preposição *para*. Já o acento circunflexo é eliminado das formas verbais que têm dois E na última sílaba (i.e. *leem*) e na designação do fruto da pereira (*pera*).

As regras de utilização do hífen na composição de palavras, não na flexão verbal, sofrem bastantes alterações, mantendo porém a generalidade das muitas exceções e irregularidades que se observavam na ortografia anterior. Uma alteração que não constitui qualquer dificuldade de aplicação ou de leitura é a substituição do hífen por espaço em branco nas únicas quatro formas do verbo *haver* que, até agora, o exigiam: *hei de*, *hás de*, *há de*, *hão de*. Tratava-se das únicas flexões verbais da língua portuguesa com uma preposição ligada por hífen. O hífen também é substituído por espaço em conjuntos de três ou mais palavras (i.e. *fim de semana*). No caso da designação de espécies zoológicas e botânicas mantém-se o hífen (i.e. *ervilha-de-cheiro*). Na nova ortografia, este sinal gráfico é eliminado, juntando os elementos das palavras, quando o primeiro elemento termina com uma vogal diferente da vogal com que inicia o segundo elemento (i.e. *autoavaliação*) alargando assim a regra já aplicada na junção de vogal e consoante (i.e. *antifascista*).

Nas novas regras de utilização do hífen, há dois casos em que este sinal é substituído pela duplicação da consoante inicial da segunda palavra devido ao facto de essas consoantes, o R e o S, terem equivalentes sonoros diferentes quando isoladas ou em pares (i.e. antirreligioso, antisemita). Pelas mesmas razões, quando o primeiro elemento da palavra termina em R ou S é obrigatória a utilização do hífen (i.e. inter-relacionar, pós-secular). Por fim, os seguintes prefixos tornam o hífen sempre obrigatório: bem-falante, mal-estar, além-mar, aquém-rio, recém-casada, sem-vergonha, vice-administrador, pré-inspeção, pró-africano, pós-colonial, ex-deputado.

O último núcleo de alterações introduzidas pelo AOLP na ortografia do português europeu a utilizar no sistema de ensino diz respeito às letras do alfabeto. Sem alterar as regras de utilização que já estavam anteriormente previstas, são formalmente introduzidas no alfabeto as letras K, W e Y. Esta alteração apenas será visível na apresentação do alfabeto e na listagem de alíneas. A ordem destas três letras no alfabeto é a seguinte: J, K, L (...) V, W, X, Y, Z.

Para saber mais: Pinto, P.F. (2009). *O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

<sup>1</sup>O excerto apresentado, com ortografia etimológica "ilegalizada" em 1911, foi publicado em 1934.

<sup>2</sup>Na verdade, o único, uma vez que Portugal, só a partir de 2001, passou a ter oficialmente o português como língua oficial reconhecida constitucionalmente.

## Visitas de Estudo



### Visita às Ruínas e Museu Arqueológico do Carmo Parte I 4 de Outubro

**Encontro: 10.00h**

Nesta visita pretende-se dar a conhecer a história da antiga Igreja do Carmo (sua fundação e vivência entre o séc. XIV e XVIII), sua transformação em Museu Arqueológico do Carmo, e ainda abordar a coleção do Museu criado pela Associação dos Arqueólogos Portugueses.

**Preçário:**

associados - 5€

1º acompanhante/filhos/profs. estagiários\*/estudantes\* - 5€ (\*envio de comprovativo)

não associados - 7,50€

Modalidades de pagamento: transferência bancária para o NIB 003506750003836793088 (envio da cópia do comprovativo); cheque ou vale postal ctt

**Faça a sua inscrição até ao dia 26/09/14 para o e-mail [secretariadoaph@netcabo.pt](mailto:secretariadoaph@netcabo.pt)**

### Visita às Ruínas e Museu Arqueológico do Carmo Parte II 15 de Novembro

**Encontro: 10.00h**

Visita às reservas do Museu, espaço envolvente do Monumento (Largo do Carmo – 25 de Abril) e ainda à parte conventual (atual Comando Geral da GNR).

**Preçário:**

associados - 5€

1º acompanhante/filhos/profs. estagiários\*/estudantes\* - 5€ (\*envio de comprovativo)

não associados - 7,50€

Modalidades de pagamento: transferência bancária para o NIB 003506750003836793088 (envio da cópia do comprovativo); cheque ou vale postal ctt

**Faça a sua inscrição até ao dia 3/11/14 para o e-mail [secretariadoaph@netcabo.pt](mailto:secretariadoaph@netcabo.pt)**

